

“Os cidadãos não podem continuar a ter medo de se expressarem livremente nos seus próprios países”, Graça Machel

- Maputo continua sendo a capital regional dos direitos humanos. A Cimeira dos Defensores de Direitos Humanos 2021 entra hoje no segundo e último dia. Ontem, primeiro dia da cimeira regional, a agenda foi marcada por intervenções de altas personalidades e debates entres os Defensores de Direitos Humanos. A activista social Graça Machel defendeu que não faz sentido que os cidadãos continuem a ter medo de se expressarem livremente nos seus próprios países.





Subordinada ao tema “Defendendo os direitos e protegendo as democracias face ao aumento das desigualdades e do autoritarismo”, a cimeira regional de dois dias junta Defensores de Direitos Humanos e organizações da sociedade civil da África Austral para fazer uma avaliação dos ganhos obtidos e dos riscos e desafios enfrentados pelos Defensores de Direitos Humanos face ao fechamento do espaço cívico na região.

Os delegados da cimeira estão a discutir formas criativas de construção de solidariedade regional, com o objectivo de defender o espaço cívico e proteger os direitos dos Defensores de Direitos Humanos. “Nós elegemos pessoas para servirem e para criarem um ambiente que permita que todos os cidadãos tenham oportunidade de uma vida digna”, disse Graça Machel, alertando para a necessidade de os Defensores de Direitos Humanos prestarem mais atenção para as zonas rurais, onde os níveis de pobreza são “alarmantes”.

“Há muita vulnerabilidade no meio rural, a pobreza é extrema. Temos que encontrar uma forma de construir um novo contrato social na região. Os cidadãos são a razão da existência dos governos”, defendeu Graça Machel, para quem “os cidadãos não podem continuar a ter medo de se expressarem livre-

mente nos seus próprios países”. A activista social explicou que os Defensores de Direitos Humanos devem trabalhar de forma conjunta com outras organizações da sociedade civil, com grupos vulneráveis, com mulheres, jovens e inclusivamente com os decisores políticos. “Estejam preparados, a vossa luta não será fácil. Tal como os nossos libertadores fizeram, vocês também podem o fazer”, Graça Machel.

O tema da cimeira – “Defendendo os direitos e protegendo as democracias face ao aumento das desigualdades e do autoritarismo” - reflecte a realidade vivida na região, onde os Defensores de Direitos Humanos estão sujeitos a vários riscos, como perseguições, prisões e detenções arbitrárias, tortura, desaparecimentos forçados, despejos violentos, agressões sexuais e repressão no espaço online.

Durante o ano de 2021, a pandemia da COVID-19 e as medidas restritivas decretadas em vários Estados continuam a impactar negativamente no trabalho dos Defensores de Direitos Humanos que dependem de espaços cívicos abertos e livres para realizar o seu activismo em busca de justiça social e reformas democráticas. Na região da SADC, por exemplo, seis (6) países declararam estados de emergência e em outros seis (6) foram de-

clarados estados de desastre e/ou calamidade pública.

Em muitos Estados estas medidas restringem a liberdade de movimento e tornam difícil para os Defensores de Direitos Humanos chegarem a certos lugares com segurança. Activistas que trabalham online estão frequentemente sujeitos a vigilância e as autoridades responsáveis pela segurança usam excessivamente a força para fazer respeitar as medidas de prevenção da COVID-19.

As possibilidades de conseguir asilo político reduziram significativamente, deixando muitos Defensores de Direitos Humanos em risco de mais perseguições devido ao seu activismo. A COVID-19 também agravou as condições de saúde nas prisões. A suspensão das visitas de inspecção às prisões em algumas jurisdições devido à pandemia afectou gravemente o acesso à justiça.

Tiseke Kasambala, da organização regional Advancing Human Rights in Southern Africa (ARISA) descreveu como sendo precário o ambiente de trabalho das organizações da sociedade civil que lidam com os direitos humanos. “Temos um grande défice de democracia e, no caso de Moçambique, o impacto foi agravado pela pandemia da COVID-19 e pela instabilidade-militar em Cabo Delgado.



As crises no Zimbabwe e no Esatwini revelam o fracasso dos respectivos governos em defender os seus cidadãos. É triste assistir à inação da nossa região face ao que está a acontecer no Esatwini”.

Um dos trabalhos que ARISA faz é monitorar violações de direitos humanos na África Austral. Tiseke Kasambala defende que a situação do jornalismo na região é muito preocupante, dando como exemplo as detenções arbitrarias e ilegais de jornalistas moçambicanos registadas em Setembro último, sobretudo na Província de Nampula. “Devemos sair à rua para exigir os nossos direitos. Isso não precisava de recursos financeiros. Além

de providenciar fundos, ARISA também faz este trabalho de mobilização dos defensores de direitos humanos”.

Mas nem tudo vai mal na região. Por exemplo, as eleições livres e transparentes realizadas no Malawi e na Zâmbia mostram que há alguma esperança na região. “Nos dois países houve transição pacífica de poder. Isso é muito importante”, disse Tiseke Kasambala. Quem também destacou as eleições livres no Malawi e Zâmbia como exemplo de “coisas boas” que estão a acontecer na região foi Deprose Muchena, da Amnistia Internacional. “Estamos a caminhar para um momento em que as pessoas começam a dizer basta”.

Ainda assim, Deprose Muchena apontou para o contínuo aumento das desigualdades socioeconómicas em quase todos os países da região como um dos desafios para a realização dos direitos humanos. Por isso apelou que os Defensores de Direitos Humanos devem trabalhar com organizações estatais de defesa de direitos humanos na busca de melhores formas de proteger os grupos mais vulneráveis. “A solução não é atacar as organizações estatais de defesa de direitos humanos. Podemos não concordar a sua liderança, mas temos que trabalhar com elas. Pode ser uma forma de fortalecer o nosso trabalho enquanto Defensores de Direitos Humanos”.

“Não é aceitável matar pessoas que estão apenas a exigir os seus direitos”, Deprose Muchena, da Amnistia Internacional

A repressão brutal e violenta de manifestantes pró-democracia no Reino de Esatwini voltou a ser referenciado como um caso extremo de fechamento do espaço cívico na região. “Oito pessoas foram mortas e duas mil detidas no Eswatini desde Junho. Não é aceitável matar pessoas que estão apenas a exigir os seus direitos”, criticou Deprose Muchena. O representante da Amnistia Internacional criticou a falta de solidariedade entre os Estados da região. “Os nossos Estados são fracacos quando se trata de defender outros Estados. Isso ficou claro agora com a limitação de movimento de pessoas devido à descoberta da nova variante da Covid-19. Mas quando se trata de perseguir os defensores, os nossos Estados tornam-se fortes”.

Para tal, as organizações da sociedade civil que defendem os direitos humanos devem ter uma liderança pragmática. “Em muitas organizações temos gestão, mas falta a liderança. Temos que construir liderança que sobreviva para além de nós”, disse Deprose Muchena, da Amnistia Internacional. Os Defensores de Direitos Humanos também foram desafiados a aumentar a sua interacção com o Escritório regional do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos. “A tecnologia digital revolucionou o activismo. Gostaria de encorajar-vos a aumentar a vossa interacção com as Nações Unidas”, defendeu Abigail Noko, do Escritório regional da ACNUDH.

Por sua vez, a Relatora Especial das Nações Unidas sobre a Situação dos Defensores de Direitos Humanos defendeu que a solidariedade local e internacional é uma das formas mais sustentáveis que os defensores têm para trabalhar. “Estou ciente de que as violações de direitos humanos no continente africano são graves, por isso gostaria que os Defensores de Direitos Humanos em África recebessem a mesma atenção em relação a outros Defensores. Mas para tal, eu preciso de receber informações sobre violações dos direitos de Defensores de Direitos Humanos. Por isso, encorajo-vos a mandar queixas sobre violações para o meu escritório”, apelou a Relatora Especial das Nações Unidas sobre a Situação dos Defensores de Direitos Humanos, Mary Lawlor.

Do Malawi veio a experiência da mobilização dos cidadãos para exigirem os seus direitos de forma pacífica e ordeira. “O poder que temos vem das pessoas. Se tivermos muitas pessoas a seguir as nossas causas, os Governos terão mais respeito e até medo de nós. As manifestações no Malawi movimentaram mais de um milhão de pessoas”, disse Grift Trapance, da Malawi Human Rights De-



fenders Coalition. A repressão só têm lugar quando o número de pessoas que saem à rua para exigir os seus direitos é reduzido. Mas o Relator das Nações Unidas para os Direitos à Manifestação Pacífica e à Associação, Clement Voule, alertou que a repressão de manifestantes é que gera violência.

A Embaixadora do Reino dos Países Baixos em Moçambique, Heny de Vries, lamentou o aumento de autoritarismo no mundo e em África em particular, lembrando que mais da metade da população mundial vive em regimes que não considerados democráticos. “A pandemia da Covid-19 veio aumentar as restrições de liberdades e direitos em muitos países. A liberdade de expressão foi muito restringida. Os Defensores de Direitos Humanos devem garantir que as pessoas mais vulneráveis tenham voz”, disse Heny de Vries.

O tema sobre o aumento de autoritarismo no mundo também foi abordado por Siphosami Malunga, da Open Society Initiative for Southern Africa (OSISA). “A democracia é uma qualidade intrínseca dos direitos humanos e vice-versa. Não é possível defender os direitos humanos onde não há democracia”, disse Siphosami Malunga, para quem o aparelho coercivo do Estado foi capturado pelos partidos libertadores da região.

“O Estado também foi capturado pelas elites económicas que manipulam os governos para o benefício próprio. As elites económicas capturam o Estado e este fornece-lhe contratos, usam o dinheiro que ganham para financiar os partidos libertadores de modo que se mantenham no poder. É um ciclo vi-

cioso. Além de explorar recursos naturais, China apoia os partidos libertadores com meios coercivos, aparelhos de vigilância e equipamentos militares para permitir a sua permanência no poder”.

A Cimeira dos Defensores de Direitos Humanos 2021 é organizada pela Southern Africa Human Rights Defenders Network (Southern Defenders), em parceria com a Rede Moçambicana dos Defensores de Direitos Humanos (RMDDH), Advancing Human Rights in Southern Africa (ARISA), Escritório Regional do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (OHCHR - ROSA) e Amnistia Internacional.

Além de Defensores de Direitos Humanos e representantes de organizações nacionais, regionais e internacionais, a Cimeira dos Defensores de Direitos Humanos 2021 conta com a participação de altas individualidades, com destaque para a activista social Graça Machel, da Relatora Especial das Nações Unidas sobre a Situação dos Defensores de Direitos Humanos, Mary Lawlor, e do Relator das Nações Unidas para os Direitos à Manifestação Pacífica e à Associação, Clement Voule, da Embaixadora do Reino dos Países Baixos em Moçambique, Heny de Vries, e da Vice-Ministra das Tecnologias de Informação e Comunicação da República da Namíbia, Emma Theofelus.

O programa da Cimeira dos Defensores de Direitos Humanos 2021 pode ser consultado aqui: <https://redemoz-defensoresdireitoshumanos.org/wp-content/uploads/2021/11/2021-Southern-Africa-Human-Rights-Defenders-Summit.pdf>



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

Twitter: CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

